

Companhia Energética Sinop S.A.

**Informações contábeis
intermediárias
em 30 de junho de 2020**

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Handwritten signatures in blue ink.

Conteúdo

Comentário de desempenho da Companhia	3
Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR	15
Balanços patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações de resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às informações trimestrais - ITR	23

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



2

Comentário de desempenho

Segundo trimestre de 2020

Divulgado em 30 de julho de 2020, em R\$ mil

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



3

Índice

Introdução.....	5
Destaques do Período.....	5
Indicadores Econômico-financeiros.....	8
Sobre a Sinop Energia	8
Desempenho Econômico-Financeiro.....	10
Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais	13
Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes.....	13
Declarações da Diretoria.....	14
Agradecimentos.....	14

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



4

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Relatório da Administração/Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020, acompanhadas do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os primeiros semestres de 2020 e 2019 (“2T20” e “2T19”), exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Comentário de Desempenho estão apresentadas em milhares, ou, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as informações contábeis intermediárias de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020.

Destaques do Período

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no período somou 965.278 MWh, sendo 940.294 MWh no ACR e 24.984 MWh no ACL, (952.969 MWh, sendo 919.773 MWh no ACR e 33.196 MWh no ACL em 30 de junho de 2019).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R\$ 82.154, (R\$ 92.177 negativo, em 30 de junho de 2019).
- **Investimentos:** A Companhia adicionou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em ativos imobilizados o montante de R\$ 33.916 (R\$ 125.287 em 30 de junho de 2019).
- **Termo de Aditamento de Acordo:** No mês de abril de 2020, foi homologado pela Justiça Federal o Termo de Aditamento de Acordo, o qual definiu a aplicação dos recursos de R\$ 4.000 conforme elencado a seguir: i) R\$ 600 para financiamento do Projeto Sirius, a ser

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



5
df

desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; ii) R\$ 1.000 para implementação da sede do Batalhão Ambiental especializado da Polícia Militar, no município de Sinop/MT; iii) R\$ 1.300 para implementação do projeto de revitalização do Parque Natural Municipal Paulo Viriato Correia da Costa, no município de Cláudia/MT; e iv) R\$ 1.100 para revitalização do Parque Natural Municipal, no município de Itaúba/MT. Este Termo de Aditamento de Acordo refere-se ao desmembramento do item (iv) da **Ação Civil Pública** - processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603, de 02 de outubro de 2019, onde a Companhia firmou acordo judicial com o Ministério Público Federal – MPF e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA/MT, referente ao evento associado a mortandade de peixes ocorrido em fevereiro de 2019, quando do início do enchimento do reservatório da UHE Sinop, e foram pactuadas as seguintes obrigações: i) Desenvolvimento de sistema de repulsão de peixes para impedir o acesso de peixes até a bacia de dissipação; ii) Instalação de 4 estações telemetrizadas para monitoramento de qualidade de água; iii) Desenvolvimento de programa de mapeamento genético de espécies-chave de peixes; e iv) Pagamento do montante total de R\$ 4.000 para a compensação pelos impactos socioambientais da UHE Sinop.

- **Restabelecimento das atividades de geração e transmissão de energia elétrica:** O retorno da Operação Comercial da Unidade Geradora UG02 deu-se em 02 de abril de 2020, após a emissão, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT, do Parecer Técnico nº 133582/CLEIA/SUIMIS/2020 em 01 de abril de 2020, autorizando o retorno das atividades de geração e transmissão de energia elétrica. Ressalta-se que a suspensão das atividades de geração e transmissão de energia elétrica de forma temporária foi determinada pela SEMA/MT em 18 de março de 2020, através do Auto de Infração nº 20173009 e Notificação nº 20172004, devido a ocorrência de mortandade de peixes no mês de março de 2020. No que se refere à Unidade Geradora UG01, o retorno ocorreu em 02 de maio de 2020, após a conclusão de obras de reparo da parede corta-ondas no tubo de sucção.
- **Aspectos relacionados ao novo Coronavírus (COVID-19):** A medida já tomada pela Companhia, para minimizar esse possível efeito, foi a adesão ao *stand still* do BNDES, que suspende temporariamente a exigibilidade e cobrança de pagamentos de até 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida no período de maio de 2020 a outubro de 2020, sem alteração dos termos finais dos prazos de amortização da dívida nem da taxa de juros, aprovada em 29 de abril de 2020 pelo Banco ABC, fiador do contrato de financiamento e pelo BNDES em 12 de maio de 2020.

Composição da Administração em 30 de junho de 2020

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Yann des Longchamps <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Ricardo Barsotti <i>Membro Suplente</i>
Adriano Soares da Costa <i>Membro Efetivo</i>	Antônio Florentino de Medeiros Filho <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Mariano Javier Gaio <i>Membro Suplente</i>
Astrogildo Fraguglia Quental <i>Membro Efetivo</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Carlos Alberto Rizzo Hoeller <i>Membro Suplente</i>
Túlio Neiva Rizzo <i>Membro Efetivo</i>	Marcello Nascimento Cabral da Costa <i>Membro Suplente</i>
Cleber José de Souza Villa Verde <i>Membro Efetivo</i>	Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

Alessandro Camilo da Silva	Contador – CRCMT 005078
----------------------------	-------------------------

Indicadores Econômico-financeiros

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade	Variação			
		2T20	2T19	Absoluta	Em %
Energia Comercializada (ACR)	MWh	940.294	919.773	20.251	2,2%
Energia Comercializada (ACL)	MWh	24.984	33.196	(8.212)	(24,7%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	132.858	117.150	15.708	13,4%
Margem bruta	%	31,6%	(65,7%)	1,0 p.p.	(148,1%)
Prejuízo do período	R\$, mil	(3.033)	(60.879)	57.846	(95,0%)
Margem líquida	%	(2,3%)	(52,0%)	0,5 p.p.	(95,6%)
		2T20	4T19		
Investimentos	R\$, mil	33.916	218.908	(184.992)	(84,5%)
Endividamento	R\$, mil	1.368.837	1.357.716	11.121	0,8%
BNDES	R\$, mil	1.115.029	1.108.329	6.700	(0,6%)
Debêntures	R\$, mil	253.808	249.387	4.421	1,8%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.178.101	1.272.257	(94.156)	(7,4%)
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	49,8%	50,0%	-	(0,4%)
Índice de liquidez corrente (ILC) ³	índice	4,1	2,7	1,4	51,9%
Número de empregados próprios ⁴	Quantidade	50	50	-	-
Prejuízo por ação	R\$	(0,00136)	(0,02225)	(0,02089)	(93,9%)
Quantidade de ações ⁵	mil	2.234.136	1.976.656	257.480	13,0%

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total
3. Índice de liquidez corrente (ILC): Ativo circulante / Passivo circulante
4. Posição no final do período
5. Média ponderada de ações ordinárias.

Sobre a Sinop Energia

Perfil Corporativo

Constituída em 2013, a Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social único, sendo a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

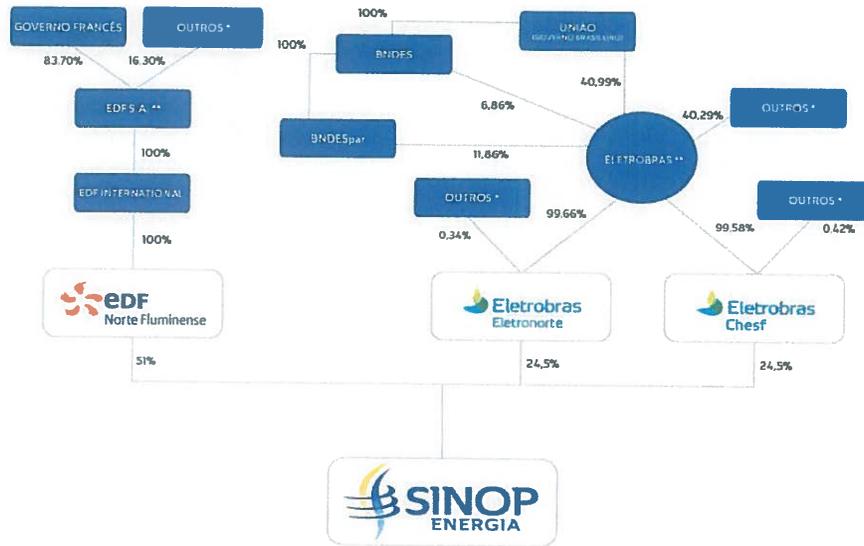
O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. ("EDFNF") - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE"), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. ("CHESF"), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras").

Avenida dos Flamboyants, 684 - Jardim Botânico - Sinop / MT - CEP 78.556-024
 Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Estrutura acionária em 30 de junho de 2020:

Estrutura Societária da Sinop Energia
(em 30 de junho de 2020)



* NÃO HÁ ACIONISTAS COM 10% OU MAIS DE PARTICIPAÇÃO
 ** LISTADA EM BOLSA DE VALORES

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atenderá o consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop será comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
 Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MW médios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 30 de junho de 2020, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136 (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2019), que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e sei mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 15.

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA¹

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, a Companhia apresentou o EBITDA de R\$ 82.154 (R\$ 92.177 negativos, em 30 de junho de 2019). Cabe informar que esse desempenho está relacionado com a entrada em operação comercial desde o mês de setembro de 2019 e, também, no segundo trimestre de 2020 não houve a necessidade de compra de energia elétrica no mercado *spot*.

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	2T20	2T19
Prejuízo no período	(3.033)	(60.879)
Imposto de renda e contribuição social	(1.476)	(31.373)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	55.001	(1.231)
Depreciação e amortização	46.068	1.306
Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais	(14.406)	-
EBITDA	82.154	(92.177)
(+/-) Itens não recorrentes:	-	-
EBITDA Ajustado	82.154	(92.177)
Receita operacional líquida	132.858	117.150
Margem EBITDA Ajustado (%)	61,8%	(78,7%)

¹ O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.



Custos com geração de energia elétrica

	Nota	2T20	2T19	Var %
Depreciações e amortizações	19	(45.900)	-	NA
Encargos de uso do sistema de transmissão	18	(19.879)	(17.971)	10,6%
Seguro de risco hidrológico	17	(11.641)	-	NA
Serviços de terceiros	20.a	(6.509)	-	NA
Pessoal, encargos e benefícios	19	(2.657)	-	NA
Energia elétrica comprada para revenda	17	(2.623)	(176.195)	(98,5%)
Outros	19	(869)	-	NA
Materiais	19	(797)	-	NA
Passagens e hospedagens	19	(7)	-	NA
Total		(90.882)	(194.166)	(53,2%)

Serviços de terceiros

	2T20	2T19	Var %
Assessoria e consultoria de O&M	(4.804)	-	NA
Programas ambientais – OPEX	(956)	-	NA
Monitoramento e vigilância	(249)	-	NA
Compartilhamento de infraestrutura	(210)	-	NA
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(204)	-	NA
Transportes	(81)	-	NA
Outros	(5)	-	NA
Total	(6.509)	-	NA

Despesas gerais e administrativas

Os gastos deste agrupamento de contas tiveram uma redução de 47,7% neste período, representadas pelas rubricas de despesas de serviços de terceiros e despesas com pessoal, encargos e benefícios.

	2T20	2T19	Var %
Serviços de terceiros	(3.274)	(7.908)	(58,6%)
Pessoal, encargos e benefícios	(3.193)	(4.218)	(24,3%)
Arrendamentos e aluguéis	(515)	(244)	111,1%
Outros	(408)	-	NA
Litígios trabalhistas	(203)	(783)	(74,1%)
Depreciações e amortizações	(168)	(1.307)	(87,1%)
Materiais	(82)	(273)	(70,0%)
Passagens e hospedagens	(70)	(405)	(82,7%)
Total – Nota Explicativa nº 20	(7.913)	(15.138)	(47,7%)

Serviços de terceiros administrativos e gerais

Os gastos deste agrupamento não considera a rubrica “Assessoria e consultoria de O&M”, pois a mesma fora classificada no subgrupo de Serviços de Terceiros do grupo de Custos com Geração de Energia Elétrica e houve uma redução de 7% no comparativo dos período, representados significativamente pelas rubricas “Consultorias, honorários advocatícios e contábeis” e “Monitoramento e vigilância”.

[Handwritten signatures and marks]

	2T20	2T19	Var %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(2.054)	(2.177)	(5,6%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(380)	(411)	(7,5%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(182)	(281)	(35,2%)
Monitoramento e vigilância	(140)	(478)	(70,7%)
Outros	(516)	(161)	220,5%
Transportes	(2)	(11)	(81,8%)
Assessoria e consultoria de O&M	-	(4.389)	(100%)
Total	(3.274)	(7.908)	(58,6%)

Despesas com pessoal, encargos e benefícios

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram redução de 24,3% no período findo em 30 de junho de 2020 comparado com o mesmo período do ano anterior; o número de funcionários em 30 de junho de 2020 foi de 50, comparado com 64 funcionários na mesma data do ano anterior.

	2T20	2T19	Var %
Remuneração de empregados	(1.640)	(2.561)	(36,0%)
Encargos trabalhistas	(698)	(1.025)	(31,9%)
Benefícios a empregados	(855)	(632)	35,3%
Total	(3.193)	(4.218)	(24,3%)

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no período.

	2T20	4T19
Financiamento BNDES ¹	1.115.029	1.108.329
Debêntures ¹	253.808	249.387
Endividamento bruto	1.368.837	1.357.716
(-) Caixa e equivalentes de caixa ²	190.736	85.459
Endividamento líquido	1.178.101	1.272.257
Patrimônio líquido	1.471.040	1.474.073
Grau de alavancagem³	44,5%	46,3%
Patrimônio líquido	1.471.040	1.474.073
Ativo total	2.952.123	2.946.942
Índice de capital próprio⁴	0,5	0,5
Ativo circulante	247.352	154.364
Passivo circulante	61.011	56.590
Índice de liquidez corrente⁵	4,1	2,7

- 1) O valor apresentado acima e no balanço patrimonial foi contabilizado de acordo com CPC 20.
- 2) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 4) Patrimônio líquido / Ativo total
- 5) Ativo circulante / Passivo circulante

Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais

Engenharia e Construção

No ano de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) emitiu os despachos autorizando o início da Operação em Teste na UHE Sinop, conforme apresentado a seguir:

- Obtenção do Despacho ANEEL nº 1829, de 27 de junho de 2019, liberando a Unidade Geradora UG2, de 200.940 kW de capacidade instalada da UHE Sinop para início da operação em teste a partir de 28 de junho de 2019; e
- Obtenção do Despacho ANEEL nº 1960, de 12 de julho de 2019, liberando a Unidade Geradora UG1, de 200.940 kW de capacidade instalada da UHE Sinop para início da operação em teste a partir de 13 de julho de 2019.

Ainda em 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) emitiu os despachos autorizando o início da Operação Comercial na UHE Sinop, conforme apresentado a seguir:

- Emissão do Despacho ANEEL nº 2.561, de 16 de setembro de 2019, o qual decide liberar a unidade geradora UG2, de 200.940,00 kW de capacidade instalada da UHE Sinop, para início da operação comercial a partir de 17 de setembro de 2019; e
- Emissão do Despacho ANEEL nº 2.854, de 17 de outubro de 2019, o qual decide liberar a unidade geradora UG1, de 200.940 kW de capacidade instalada da UHE Sinop para início da operação comercial a partir do dia 18 de outubro de 2019.

No Segundo trimestre de 2020, as atividades de finalização das obras civis e resolução de pendências eletromecânicas foram continuadas, destacando-se a necessidade de realização de reparos no muro quebra-ondas de jusante do barramento, sendo que a realização de tais reparos acarretaram a indisponibilidade temporária de operação das Unidades Geradoras.

Ações do Meio Ambiente

No período, as atividades de meio ambiente estiveram principalmente voltadas para o acompanhamento e monitoramento ambiental pós-enchimento do reservatório, destacando-se a implementação de programas ambientais que se mantiveram mesmo após a completa formação do lago da UHE Sinop. Também se destaca a atuação na continuidade dos programas e campanhas estabelecidos no PBA, objetivando o atendimento às condicionantes ambientais vinculadas a Licença de Operação, obtida junto à SEMA/MT em 20 de agosto de 2019.

Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 02 de abril de 2020, para a emissão do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes para o período de 6 meses findos em 30 de junho de 2020 e os relatórios de sobre as Informações Contábeis Intermediárias contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2020. A partir do contrato celebrado referente ao exercício de 2020, a KPMG prestará serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio

13



trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, e com a opinião expressa no Relatório Especial de Auditoria da KPMG Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Após a entrada em operação no final de 2019, a Sinop Energia vem promovendo melhorias em suas instalações, trazendo maior segurança, buscando a preservação e perenidade de seu patrimônio. Seguindo com o compromisso de geração de energia, com promoção de desenvolvimento econômico e social para a região. Apesar das incertezas trazidas pela pandemia nesse semestre, nossas equipes de trabalho desempenharam suas funções, dentro de protocolos rígidos de segurança, saúde e sanitários, confiantes na volta à normalidade em um futuro muito próximo.

Por fim, agradecemos a confiança e o apoio de nossos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros.

A Diretoria da Sinop Energia



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tráfado - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Carlos-SP, 31 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita de vendas					
Receita líquida com comercialização de energia elétrica	16	63.952	55.270	132.826	117.150
Outras receitas		32	-	32	-
Custos com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	17	(8.443)	(97.841)	(14.264)	(176.195)
Encargos de uso do sistema de transmissão	18	(9.934)	(9.069)	(19.879)	(17.971)
Outros custos com geração de energia elétrica	19	(28.428)	-	(56.739)	-
Lucro (prejuízo) bruto		17.179	(51.640)	41.976	(77.016)
Despesas gerais administrativas	20	(3.868)	(8.566)	(7.913)	(16.467)
(Reversão) provisões para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	8	7.203	-	14.406	-
Provisão para perdas estimadas		-	-	2.023	-
Resultado antes do resultado financeiro		20.514	(60.206)	50.492	(93.483)
Receitas financeiras	21	1.747	1.399	3.868	2.539
Despesas financeiras	21	(29.384)	(996)	(58.869)	(1.308)
Resultado financeiro	21	(27.637)	403	(55.001)	1.231
Resultado antes dos impostos		(7.123)	(59.803)	(4.509)	(92.252)
Contribuição social diferida	7	628	5.383	388	8.302
Imposto de renda diferido	7	1.748	14.956	1.088	23.071
Resultado do período		(4.747)	(39.464)	(3.033)	(60.879)
Prejuízo básico/diluído por ação - R\$		(0,00212)	(0,02070)	(0,00136)	(0,03278)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>Períodos de três meses findos</u>		<u>Períodos de seis meses findos</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado do período	(4.747)	(39.464)	(3.033)	(60.879)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>(4.747)</u>	<u>(39.464)</u>	<u>(3.033)</u>	<u>(60.879)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2019		1.694.200	(716.081)	978.119
Integralização de capital social em moeda corrente		265.936	-	265.936
Resultado do período		-	<u>(60.879)</u>	<u>(60.879)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	15	<u>1.960.136</u>	<u>(776.960)</u>	<u>1.183.176</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2020		2.234.136	(760.063)	1.474.073
Resultado do período		-	<u>(3.033)</u>	<u>(3.033)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	15	<u>2.234.136</u>	<u>(763.096)</u>	<u>1.471.040</u>




As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de seis meses findos	
		30/06/2020	30/06/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período antes dos impostos		(4.509)	(92.252)
Encargos da dívida	21	58.286	65.541
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)		(45.977)	(38.577)
Depreciação e amortização		46.068	1.306
		<u>53.868</u>	<u>(63.982)</u>
Variações no ativo			
Adiantamentos		5	(1.793)
Tributos e contribuições a recuperar		8.316	(9.738)
Títulos e créditos a receber		33.779	17.559
Despesas antecipadas		556	15.415
Depósitos vinculados		-	(31.846)
Estoques		(907)	(2.447)
		<u>41.749</u>	<u>(12.850)</u>
Variações no passivo			
Fornecedores		(11.246)	1.730
Tributos e contribuições a recolher		1.697	(2.390)
Obrigações trabalhistas		580	550
Encargos setoriais		1.268	590
Uso do bem público		(1.084)	(1.049)
Outros passivos		(38)	-
		<u>(8.823)</u>	<u>(569)</u>
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES		-	(47.972)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizadas nas) atividades operacionais		<u>86.794</u>	<u>(125.373)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de imobilizado	25	(26.968)	(111.322)
Depósitos vinculados		92.616	-
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES - parcela capitalizada	11	(28.932)	-
Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures - parcela capitalizada	11	(9.878)	-
Aplicações financeiras		-	(19.516)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>26.838</u>	<u>(130.838)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES	11	1.637	-
Integralização de capital social		-	265.936
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	11	(9.321)	(9.786)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)		(671)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(8.355)</u>	<u>256.150</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>105.277</u>	<u>(61)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		85.459	522
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		190.736	461
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>105.277</u>	<u>(61)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota		Períodos de seis meses findos	
			30/06/2020	30/06/2019
1 – Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			151.882	130.382
Outras receitas			32	-
			<u>151.914</u>	<u>130.382</u>
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			(48.582)	(214.361)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros			(3.827)	(9.329)
Perda/Recuperação de valores ativos - <i>Perdas esperadas</i>			16.428	(471)
Outras (Contingências trabalhistas)			(203)	(783)
			<u>(36.184)</u>	<u>(224.944)</u>
3 - Valor adicionado bruto			<u>115.730</u>	<u>(94.562)</u>
4 - Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão			(46.068)	(1.306)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade			<u>69.662</u>	<u>(95.868)</u>
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	21		3.868	2.539
			<u>3.868</u>	<u>2.539</u>
7 - Valor adicionado total			<u>73.530</u>	<u>(93.329)</u>
8 - Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta			4.614	3.340
Benefícios			1.028	632
FGTS			208	246
			<u>5.850</u>	<u>4.218</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais			11.323	(38.266)
Estaduais			6	46
			<u>11.329</u>	<u>(38.220)</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	21		58.869	1.308
Aluguéis			515	244
			<u>59.384</u>	<u>1.552</u>
Remuneração de capitais próprios				
Resultado do período			(3.033)	(60.879)
			<u>(3.033)</u>	<u>(60.879)</u>
Valor adicionado total			<u>73.530</u>	<u>(93.329)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 15), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente). Cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Após conclusão do enchimento, a Sinop Energia realizou tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960, autorizando o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024. Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a Unidade Geradora (UG) 02 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da

23



operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG02 iniciou-se em 17 de setembro de 2019.

Para a UG01, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) emitiu a Declaração de Atendimento aos requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/P) em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual libera a unidade geradora UG01 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG01 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “*Demonstração Intermediária*”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2019 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias .

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizado pela Diretoria da Companhia em 31 de julho de 2020.



Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real e estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2020	31/12/2019
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	150	172
- Banco Itaú Unibanco S.A.	33	76
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras:		
- Banco do Brasil S.A. (i)	190.550	85.208
	<u>190.736</u>	<u>85.459</u>

- (i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 30 de junho de 2020 de 96% do CDI (Idêntico em 31 de dezembro de 2019).

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 23.

4 Contas a receber

	30/06/2020		Total	31/12/2019
	Vencidos	Vencidos Até 180 dias		Total
Contas a receber de clientes (i)	30.776	-	30.776	35.048
Partes relacionadas (i)	752	-	752	776
(-) Perdas esperadas (ii)	-	-	-	(2.022)
	<u>31.528</u>	<u>-</u>	<u>31.528</u>	<u>33.802</u>

- (i) Referem-se, substancialmente:
- (a) venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 30.768 (R\$ 35.046, em 31 de dezembro de 2019); e
- (b) outras contas a receber de R\$ 8 (R\$ 2, em 31 de dezembro de 2019).
 Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) à partes relacionadas R\$ 752 (R\$ 776, em 31 de dezembro de 2019). Nota explicativa nº 22. Com o despacho da ANEEL, o qual liberou a UG2 para operação comercial em 16 de setembro de 2019, os preços não têm mais o impacto redutor de 15% e os créditos recebíveis referentes aos faturamentos dos contratos no ACR serão realizados nos dias 20 (vinte) e 30 (trinta) do mês subsequente e dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de perdas esperadas é de R\$ 2.022, sendo este recebido no primeiro trimestre de 2020. Em 30 de junho de 2020, a Companhia efetuou as análises e concluiu que não possuía perdas esperadas sobre o contas a receber, dessa forma nenhuma provisão foi registrada.

5 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante

	30/06/2020	31/12/2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	14.447	23.053
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	3.250	5.005
	<u>17.697</u>	<u>28.058</u>

Não circulante

	30/06/2020	31/12/2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	11.034	9.799
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	2.307	2.177
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (ii)	8.584	7.904
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	345
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar	66	66
Imposto de Renda a recuperar	18	18
	<u>22.354</u>	<u>20.309</u>

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados, até 31 de outubro de 2019), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 17.697 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para o próximo semestre, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.
- (ii) Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras em 30 de junho de 2020 referentes aos aportes dos acionistas, aportes do BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e aportes dos acionistas.

6 Fundos vinculados

	30/06/2020	31/12/2019
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	30.422	29.962
Conta reserva adicional (*)	-	88.470
Conta centralizadora	332	9.849
	<u>30.754</u>	<u>128.281</u>
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	13.003	10.639
Reserva adicional	13.003	10.639
Conta de pagamento	1.954	1.771
	<u>27.960</u>	<u>23.049</u>
	<u>58.714</u>	<u>151.330</u>

26

- (i) (*) Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, no valor de R\$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma o valor vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco de R\$ 88.598, foi liberado.

(ii) Referentes aos empréstimos BNDES.

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, "Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios".

Conta reserva adicional

A conta reserva adicional deve ser composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 11.

(iii) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:



Companhia Energética Sinop S.A.
Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2020

	Alíquota	30/06/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(294.819)	(276.108)
Imposto de renda diferido	25%	73.179	68.489
Contribuição social diferida	9%	26.331	24.647
		99.510	93.136
Provisão de <i>Impairment</i>		(852.386)	(866.742)
Outras provisões		-	(242)
Imposto de renda diferido	25%	211.737	215.338
Contribuição social diferida	9%	76.225	77.522
		287.962	292.860
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.147.206)	(1.142.901)
Imposto de renda diferido	25%	284.916	283.405
Contribuição social diferida	9%	102.556	102.591
		387.472	385.996

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 1º de janeiro de 2019	367.492
Reconhecimento no exercício	62.239
Reversão de provisão	(43.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	385.996
Reconhecimento no período	6.374
Reversão de provisão	(4.898)
Saldo em 30 de junho de 2020	387.472

Demonstrativo de base de cálculo

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.123)	(59.803)	(4.509)	(92.252)
Efeito das adições no cálculo do tributo	(7.044)	13	(14.203)	13
Adições	159	13	203	13
Exclusões	(7.203)	-	(14.406)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(14.167)	(59.790)	(18.712)	(92.239)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	(4.817)	(20.329)	(6.362)	(31.362)
Outros	(8)	(10)	(12)	(11)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.825)	(20.339)	(6.374)	(31.373)
Reversão de diferenças temporárias – <i>Impairment</i>	2.449	-	4.898	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.376)	(20.339)	(1.476)	(31.373)
Contribuição social diferida	(628)	(5.383)	(388)	(8.302)
Imposto de renda diferido	(1.748)	(14.956)	(1.088)	(23.071)
	(2.376)	(20.339)	(1.476)	(31.373)

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela

28

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
 Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 30 de junho de 2020:

Exercícios	Total
2021	1.684
2022	3.031
2023	4.634
2024	6.224
2025	7.297
2026	9.122
2027	11.259
2028	13.408
2029	15.227
Acima de 2030	222.933
Total	294.819

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Por estar no início das operações a Companhia não possui histórico de lucros, todavia, iniciou as operações no segundo semestre de 2019 nos termos do seu plano de negócio e possui contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão.

8 Imobilizado

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2020

Geração	Saldos em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 30/06/2020
Em curso						
Terrenos	392.251	56	-	-	113	392.420
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.444.955	18.782	-	-	1.910	1.465.647
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	538.784	7.259	-	(3.871)	5.639	547.811
Máquinas e equipamentos a ratear	342.617	2.021	-	-	566	345.204
Veículos	451	-	-	-	-	451
Estudos de projetos a ratear	(i) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 1.257	436	-	-	(758)	935
	2.743.889	28.554	-	(3.871)	7.470	2.776.042
Terrenos a pagar	(iii) 1.436	169	-	(105)	(113)	1.387
Medições	(iii) 8.085	4.022	-	-	(7.357)	4.750
Juros capitalizados	(iv) 346.131	-	-	-	-	346.131
(-) Depreciação acumulada	(v) (22.149)	-	(44.726)	-	-	(66.875)
Subtotal - Geração em curso	3.077.392	32.745	(44.726)	(3.976)	(7.470)	3.061.435
Em serviço						
Veículos	253	-	-	-	-	253
Máquinas e equipamentos	1.626	595	-	-	-	2.221
Móveis e utensílios	50	-	-	-	-	50
(-) Depreciação acumulada	(76)	-	(90)	-	-	(166)
Subtotal - Geração em serviço	1.853	595	(90)	-	-	2.358
Total geração	3.079.245	33.340	(44.816)	(3.976)	-	3.063.793
Administração						
Em serviço	1.286	576	-	-	-	1.862
(-) Depreciação acumulada	(976)	-	(129)	-	-	(1.105)
Total administração	310	576	(129)	-	-	757
Total	3.079.555	33.916	(44.945)	(3.976)	-	3.064.550
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(866.742)	-	-	14.406	-	(852.336)
(-) AVP - Atualização a valor presente (*)	(8.550)	-	-	2.708	-	(5.842)
Imobilizado líquido	2.204.263	33.916	(44.945)	13.138	-	2.206.372

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Geração	Saldos em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Ajustes/ Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 31/12/2019
Em curso						
Terrenos	387.428	920	-	-	3.903	392.251
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.398.002	37.760	-	-	9.193	1.444.955
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	480.950	56.271	-	-	1.563	538.784
Máquinas e equipamentos a ratear	328.704	11.974	-	-	1.939	342.617
Veículos	447	4	-	-	-	451
Estudos de projetos a ratear	(i) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 3.599	1.059	-	-	(3.401)	1.257
	2.622.704	107.988	-	-	13.197	2.743.889
Terrenos a pagar	(iii) 255	5.084	-	-	(3.903)	1.436
Medições	(iii) 9.826	7.553	-	-	(9.294)	8.085
Juros capitalizados	(iv) 249.830	96.301	-	-	-	346.131
(-) Depreciação acumulada	(v) -	-	(22.149)	-	-	(22.149)
Subtotal - Geração em curso	2.882.615	216.926	(22.149)	-	(13.197)	3.077.392
Em serviço						
Veículos	-	253	-	-	-	253
Máquinas e equipamentos	65	1.561	-	-	-	1.626
Móveis e utensílios	-	50	-	-	-	50
(-) Depreciação acumulada	(3)	-	(73)	-	-	(76)
Subtotal - Geração em serviço	62	1.864	(73)	-	-	1.853
Total geração	2.882.677	218.790	(22.222)	-	-	3.079.245
Administração						
Em serviço	1.168	118	-	-	-	1286
(-) Depreciação acumulada	(752)	-	(224)	-	-	(976)
Total Administração	416	118	(224)	-	-	310
Total	2.883.093	218.908	(22.446)	-	-	3.079.555
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(989.933)	-	-	123.191	-	(866.742)
(-) AVP - Atualização a valor presente (*)	-	-	-	(8.550)	-	(8.550)
Imobilizado líquido	1.893.160	218.908	(22.446)	114.641	-	2.204.263

(*) Atualização do valor presente referente as provisões socioambientais a taxa média do IPCA de 3,4% relativo aos anos de 2020 a 2026.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (ii) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (iii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iv) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

	30/06/2020 (*)	31/12/2019
Encargos BNDES (a)	-	72.865
Encargos debêntures (b)	-	21.922
Apropriação de custo BNDES	-	783
Apropriação de custo debêntures	-	731
Receita financeira das aplicações financeiras (c)	-	-
	-	96.301

(*) A operação comercial iniciou em Setembro de 2019.

- a) Encargos incidentes sobre os valores aportados, conforme o Contrato de Financiamento, cláusula terceira, capitalizados mensalmente.
- b) Encargos incidentes sobre os valores aportados no mês de julho de 2018, conforme a Escritura de Debêntures, cláusula 4.2, capitalizados mensalmente.

- c) Referem-se aos rendimentos dos saldos recebidos dos aportes das debêntures e do financiamento com o BNDES, aplicados em renda fixa de liquidez diária e baixo risco (Notas Explicativas nº 11 e 12).
- (v) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão parcial subsequente foram reconhecidas em relação aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais. Neste período, a Companhia não identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC).

(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(866.742)	(989.933)
Reversão	14.406	123.191
Total Impairment	(852.336)	(866.742)

Em 30 de junho de 2020, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	30/06/2020	31/12/2019
	2.206.372	2.204.263

O valor recuperável das UGC foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa de 9,16% em 31 de dezembro de 2019, referente ao custo médio ponderado de capital - *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

9 Intangível

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2020 do intangível

	Saldos em 31/12/2019	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 30/06/2020
Geração				
Software - GER	67	-	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	(2)	-	(7)	(9)
Em curso - UBP (i)	32.822	302	-	33.124
(-) Amortização acumulada (ii)	(2.273)	-	(1.084)	(3.357)
Total - Geração	30.614	302	(1.091)	29.825
Administração Central				
Em serviço (iii)	1.009	-	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(943)	-	(32)	(975)
Total - Administração	66	-	(32)	34
Total	30.680	302	(1.123)	29.859

31

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 do intangível

	Saldos em 31/12/2018	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 31/12/2019
Geração				
Software - GER	-	67	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	-	-	(2)	(2)
Em curso -UBP (i)	30.756	2.066	-	32.822
(-) Amortização acumulada (ii)	(175)	-	(2.098)	(2.273)
Total - Geração	30.581	2.133	(2.100)	30.614
Administração Central				
Em serviço (iii)	922	87	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(741)	-	(202)	(943)
Total - Administração	181	87	(202)	66
Total	30.762	2.220	(2.302)	30.680

(i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
 Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018, até o 35º ano da Concessão.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 1.792 em 30 de junho de 2020 e R\$ 1.950 em 31 de dezembro de 2019) e não circulante (R\$ 28.151 em 30 de junho de 2020 e R\$ 28.775 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 9,08% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

(ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

10 Fornecedores

	30/06/2020	31/12/2019
Materiais e serviços (i)	7.687	11.479
EUST (ii)	3.400	3.593
Partes relacionadas (iii)	2.430	2.657
Fundiário (iv)	1.407	1.556
Outros (v)	763	643
Retenções contratuais (vi)	481	529
	16.168	20.457

(i) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e operação e manutenção.

(ii) Referem-se aos serviços de EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).

(iii) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela UTNF e EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 22.

(iv) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.

(v) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, seguro do risco hidrológico e etc.

(vi) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

11 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das informações contábeis intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado,

pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 8).

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 30 de junho de 2020

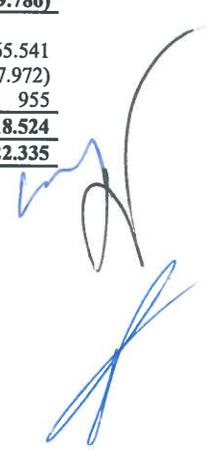
	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	21.526	-	(1.098)	20.428
		21.526	-	(1.098)	20.428
Não circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	1.109.686	-	(18.639)	1.091.047
Atualização	TJLP	-	3.554	-	3.554
		1.109.686	3.554	(18.639)	1.094.601
Total do financiamento		1.131.212	3.554	(19.737)	1.115.029

Movimentação do financiamento e debentures (nota explicativa 12) em 30 de junho de 2020 (6 meses)

	Passivos		Total
	Financiamento BNDES	Debêntures	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.108.329	249.387	1.357.716
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Empréstimos captados de terceiros	1.637	-	1.637
Amortização de principal	(9.321)	(671)	(9.992)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(7.684)	(671)	(8.355)
Outras variações			
Provisão de juros	42.768	14.532	57.300
Pagamento de juros	(28.932)	(9.878)	(38.810)
Custo de transação	548	438	986
Total de outras variações	14.384	5.092	19.476
Saldo em 30 de junho de 2020	1.115.029	253.808	1.368.837

Movimentação do financiamento e debentures em 30 de junho de 2019 (6 meses)

	Passivos		Total
	Financiamento BNDES	Debêntures	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.076.803	236.794	1.313.597
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(9.786)	-	(9.786)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(9.786)	-	(9.786)
Outras variações			
Provisão de juros	49.874	15.667	65.541
Pagamento de juros	(47.972)	-	(47.972)
Custo de transação	520	435	955
Total de outras variações	2.422	16.102	18.524
Saldo em 30 de junho de 2019	1.069.439	252.896	1.322.335



Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	27.274	-	(1.101)	26.173
		<u>27.274</u>	<u>-</u>	<u>(1.101)</u>	<u>26.173</u>
Não circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	1.097.532	-	(19.184)	1.078.348
Atualização	TJLP	-	3.808	-	3.808
		<u>1.097.532</u>	<u>3.808</u>	<u>(19.184)</u>	<u>1.082.156</u>
Total do financiamento		<u>1.124.806</u>	<u>3.808</u>	<u>(20.285)</u>	<u>1.108.329</u>

Movimentação do financiamento em 2019 - 12 meses

	Saldo em 31/12/2018	Adições (i)	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2019
Circulante							
Empréstimos	18.950	43	(23.401)	29.567	(43)	1.057	26.173
Atualização	80.067	-	(92.335)	12.268	-	-	-
	<u>99.017</u>	<u>43</u>	<u>(115.736)</u>	<u>41.835</u>	<u>(43)</u>	<u>1.057</u>	<u>26.173</u>
Não circulante							
Empréstimos	918.631	51.548	-	109.129	-	(960)	1.078.348
Atualização	59.155	-	-	(150.964)	95.617	-	3.808
	<u>977.786</u>	<u>51.548</u>	<u>-</u>	<u>(41.835)</u>	<u>95.617</u>	<u>(960)</u>	<u>1.082.156</u>
Total do financiamento	<u>1.076.803</u>	<u>51.591</u>	<u>(115.736)</u>	<u>-</u>	<u>95.574</u>	<u>97</u>	<u>1.108.329</u>

(i) Demonstrativo do valor líquido adicionado em caixa

Valor bruto	51.591
(-) IOF	(960)
Valor líquido	50.631

Movimentação do custo incremental em 30 de junho de 2020 – 6 meses

Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2020
20.285	-	(548)	19.737

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2019

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2019
20.383	959	(1.057)	20.285

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

	(*) 30/06/2020	31/12/2019
Encargos totais da dívida	-	72.690
Amortização do custo incremental	-	783
Rendimento da aplicação financeira	-	-
	<u>-</u>	<u>73.473</u>

(*) A operação comercial iniciou em Setembro de 2019.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações

mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito "C", no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

<u>Período</u>	<u>Subcrédito D</u>
Entre jul/2020 até dez/2020	3.363

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2020	4.701
2021	33.214
2022	35.802
2023	38.591
2024	41.598
2025	44.837
Após 2025	<u>936.023</u>
Total da dívida com encargos	<u>1.134.766</u>
Custo incremental	<u>(19.737)</u>
	<u>1.115.029</u>

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.

35

- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6 e 11, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das informações contábeis intermediárias anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), por 2 dois anos consecutivos imediatamente anteriores: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa. O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

12 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do

36



disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2021	2.538
2022	6.351
2023	10.343
2024	15.099
2025	18.971
A partir de 2025	211.014
Total da dívida com encargos	264.316
Custo incremental	(10.508)
	253.808

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; EDFNF 51%; e ELETRONORTE 24,5%, em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em informações contábeis intermediárias anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação de informações contábeis intermediárias auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas informações contábeis intermediárias auditadas.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

Composição das debêntures em 30 de junho de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	2.630	-	(872)	1.758
Atualização		-	-	-	-
		<u>2.630</u>	<u>-</u>	<u>(872)</u>	<u>1.758</u>
Não circulante					
Debêntures		247.154		(9.636)	237.518
Atualização		-	14.532	-	14.532
		<u>247.154</u>	<u>14.532</u>	<u>(9.632)</u>	<u>252.050</u>
Total das debêntures		<u>249.784</u>	<u>14.532</u>	<u>(10.508)</u>	<u>253.808</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2020
10.946	-	(438)	10.508

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

	(*) 30/06/2020	31/12/2019
Encargos totais da dívida	-	22.140
Amortização do custo incremental	-	731
	<u>-</u>	<u>22.871</u>

(*) A operação comercial iniciou em setembro de 2019.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	680	-	(29)	651
		<u>680</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>651</u>
Não circulante					
Debêntures		259.653		(10.917)	248.736
		<u>259.653</u>	<u>-</u>	<u>(10.917)</u>	<u>248.736</u>
Total das debêntures		<u>260.333</u>	<u>-</u>	<u>(10.946)</u>	<u>249.387</u>

Movimentação das debêntures em 2019 - 12 meses

	Saldo em 31/12/2018	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Debêntures	5.564	(6.650)	1.662	50	25	651
Atualização	315	(10.534)	9.509	710	-	-
	<u>5.879</u>	<u>(17.184)</u>	<u>11.171</u>	<u>760</u>	<u>25</u>	<u>651</u>

Não circulante						
Debêntures	218.612	-	10.460	1.277	853	231.202
Atualização	12.303	-	(21.631)	26.862	-	17.534
	<u>230.915</u>	<u>-</u>	<u>(11.171)</u>	<u>28.139</u>	<u>853</u>	<u>248.736</u>
Total das debêntures	<u>236.794</u>	<u>(17.184)</u>	<u>-</u>	<u>28.899</u>	<u>878</u>	<u>249.387</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2019
11.824	-	(878)	10.946
Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 31 de dezembro de 2019			
Encargos totais da dívida			22.140
Amortização do custo incremental			<u>731</u>
			<u>22.871</u>

13 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Circulante

	30/06/2020	31/12/2019
Físico biótico	<u>14.130</u>	<u>3.586</u>
	<u>14.130</u>	<u>3.586</u>

Não circulante

	30/06/2020	31/12/2019
Físico biótico (*)	48.922	62.486
Investimentos sociais	-	965
(-) Ajuste a valor presente (i)	<u>(5.842)</u>	<u>(8.550)</u>
	<u>43.080</u>	<u>54.901</u>
	<u>57.210</u>	<u>58.487</u>

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras); Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas; Subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas; Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários; Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila; Programa de Monitoramento de Encostas Marginais; Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudanças; Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Fauna Aquática e Semiaquática; Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial; Programa de Resgate da Ictiofauna; Subprograma de Monitoramento Limonológico e de Qualidade da Água; e Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.

- (i) Em 30 de junho de 2020 a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R\$ 2.708, tendo como base a projeção do IPCA de 3,4% a.a. (Nota explicativa nº 8).

Em 30 de junho de 2020, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades

40

socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 14.130 (R\$ 3.586, em 31 de dezembro de 2019) e no passivo não circulante R\$ 43.080 (R\$ 54.901, em 31 de dezembro de 2019).

14 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável” Movimentações em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Saldo inicial	648	108
Adições	13	693
Pagamentos/baixas	-	(153)
Saldo final	661	648

A Companhia é ré em processos trabalhistas. Todos os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 30 de junho de 2020, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 167.971 (R\$ 155.988 em 31 de dezembro de 2019), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

41

Movimentação em 2020 – 6 meses

	31/12/2019	Adições	Baixas	30/06/2020
Cíveis e outras (i)	122.432	18.124	(10.374)	130.182
Trabalhistas (ii)	3.288	3.643	(823)	6.108
Tributárias (iii)	30.268	1.413	-	31.681
Total	155.988	23.180	(11.197)	167.971

Movimentação em 2019 – 12 meses

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Cíveis e outras (i)	67.557	55.395	(520)	122.432
Trabalhistas (ii)	2.762	2.016	(1.490)	3.288
Tributárias (iii)	30.268	-	-	30.268
Total	100.587	57.411	(2.010)	155.988

(i) Cíveis

- i.1. Ação Civil Pública nº 1000465-52.2018.401.3603 em que o Ministério Público Federal questiona o pagamento da indenização para parte dos imóveis adquiridos para fins de implantação do Empreendimento, com perda possível e risco estimado em R\$ 32.000.
- i.2. Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto em relação à Condicionante 5.1 estabelecida no Parecer Técnico nº 109905/CLEIA/SUIMIS/2017 como condição de validade da Autorização de Desmate nº 638/2017, que exige a apresentação pela Sinop Energia de um Programa de Apoio Operacional à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT), com perda possível e risco estimado de R\$ 20.000.

(ii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como “possível” de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

(iii) Tributárias

A SEFAZ do Município de Itaúba entende que a atuada Sinop Energia seria a responsável tributária por substituição (solidariedade), do ISSQN devido e não-pago pela Construtora Triunfo, no período de março de 2014 a setembro de 2018. Imputa como valor de face devido (ISSQN) a quantia de R\$ 5.603, que com as multas e atualizações alcançariam em 10 de dezembro de 2018, a quantia de R\$ 9.197. Notificada e após apresentar sua defesa, sobreveio o julgamento singular de 15 de março de 2019, dando procedência parcial aos fundamentos ofertados, para reduzir minimamente a atuação para R\$ 9.443. Após o recurso e réplica, em decisão de 06 de maio de 2019, houve por bem a Secretária Municipal por manter a cobrança tal qual lançada. Decisão que foi desafiada por novo recurso, desta vez endereçado ao Prefeito Municipal, que, aos 20 de maio de 2019 manteve as decisões anteriores, fixando como valor devido a quantia de R\$ 9.565. Notificada, aos 06 de novembro de 2019, a atuada apresentou novo recurso extraordinário ao Prefeito Municipal, que foi rejeitado em decisão de 02 de dezembro de 2019, sendo que aos 20 de janeiro de 2020 a Secretaria de Fazenda encerrou a discussão administrativa, para imputar como devido a quantia de R\$ 10.528, lavrando a CDA 001/ISSQN/PMI/2020 (a empresa fora notificada em março de 2020). Aos 14 de maio de 2020 ingressou-se com a Demanda Ordinária Judicial, cuja liminar fora indeferida em decisão de 07 de julho de 2020. Em síntese, entendeu a magistrada pela necessidade de se garantir o juízo, mediante o depósito integral do montante impugnado, a fim de se conceder a tutela de urgência suspensiva (condição equivocada à luz do CTN).

A SEFAZ do Município de Cláudia entende que a atuada Sinop Energia seria a responsável tributária por substituição (solidariedade), do ISSQN devido e não-pago pela Construtora Triunfo, no período de março de 2014 a setembro de 2018. Imputa como valor de face devido (ISSQN) a quantia de R\$ 13.529, que com as multas e atualizações alcançariam em 14 de novembro de 2018, a quantia de R\$ 21.070. Notificada e após apresentar sua defesa, sobreveio o julgamento singular de 07 de fevereiro de 2019, dando procedência parcial aos fundamentos ofertados, para reduzir minimamente a atuação para R\$ 18.993. Decisão que foi desafiada por recurso de 01 de agosto

2019, desta vez endereçado ao Prefeito Municipal, que improveu as razões recursais. Manejou-se novo recurso, julgado e notificado à empresa em 04 de fevereiro de 2020, mantendo a exação fiscal, para cobrar a quantia de R\$ 36.567. Nesta mesma notificação 001/2020 de 19 de março de 2020, o Município informa da emissão da CDA nº 01/2020. Aos 30 de abril de 2020 ingressou-se com a Demanda Ordinária Judicial, cuja liminar fora indeferida em decisão de 17 de junho de 2020. Em síntese, entendeu a magistrada pela necessidade de se garantir o juízo, mediante o depósito integral do montante impugnado, a fim de se conceder a tutela de urgência suspensiva (condição equivocada à luz do CTN). Considerando o estágio atual do processo, a Companhia, em 28 de julho de 2020, optou por contratar junto a Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., uma seguro o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nela compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.

15 Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreende 2.234.136.449 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 30 de junho de 2020:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2019:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(4.747)	(39.464)	(3.033)	(60.879)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	1.906.803	2.234.136	1.857.002
Prejuízo por ação (básico) - R\$	(0,00212)	(0,02070)	(0,00136)	(0,03278)
Prejuízo por ação (diluído) - R\$	(0,00212)	(0,02070)	(0,00136)	(0,03278)

Em 30 de junho de 2020 e 2019, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

43

16 Receitas líquidas com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita com venda de energia - (i) ACR	71.297	58.260	147.322	123.868
Receita com venda de energia - (ii) ACL	2.280	3.253	4.560	6.514
COFINS sobre venda de energia elétrica	(5.588)	(4.675)	(11.510)	(2.151)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.214)	(1.015)	(2.499)	(9.909)
Encargos setoriais (*)	(2.823)	(553)	(5.047)	(1.172)
	63.952	55.270	132.826	117.150
(i)				
MWh	456.057	457.655	940.294	919.773
Preço médio – em R\$	156,34	127,30	156,68	134,67
(ii)				
MWh	12.492	16.599	24.984	33.196
Preço médio – em R\$	182,52	195,98	182,52	196,23

(*) Os encargos setoriais referem-se à: (a) Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) sobre a receita operacional líquida, que passou a ser exigível a partir de 1º de dezembro de 2018, quando encerrou o período de excludente de responsabilidade decretado pela ANEEL, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(ii).

17 Custos com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Energia elétrica comprada para revenda (i) (*)	(2.623)	(97.841)	(2.623)	(176.195)
Risco hidrológico (**)	(5.820)	-	(11.641)	-
	(8.443)	(97.841)	(14.264)	(176.195)
(i)				
MWh	-	474.335	-	953.039
Preço médio – em R\$	-	206,27	-	184,88

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS); e
 (**) Garantia do risco hidrológico contratado em 20 de dezembro de 2018 e início de pagamento desde a entrada da operação comercial em setembro de 2019.

18 Encargos de uso do sistema de transmissão

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Encargos de uso do sistema de transmissão	(9.934)	(9.069)	(18.879)	(17.971)

19 Outros custos com energia elétrica

	Nota	Períodos de três meses		Períodos de seis meses	
		findos em		findos em	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Serviços de terceiros	19a	(3.174)	-	(6.509)	-
Pessoal, encargos e benefícios	19b	(1.427)	-	(2.657)	-
Depreciações e amortizações		(23.008)	-	(45.900)	-
Materiais		(396)	-	(797)	-
Passagens e hospedagens		-	-	(7)	-
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(423)	-	(869)	-
		(28.428)	-	(56.739)	-

19a. Serviços de terceiros	Períodos de três meses		Períodos de seis meses	
	findos em		findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Assessoria e consultoria de O&M	(2.013)	-	(4.804)	-
Programas ambientais - OPEX	(673)	-	(956)	-
Monitoramento e vigilância	(165)	-	(249)	-
Compartilhamento de infraestrutura	(127)	-	(210)	-
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(141)	-	(204)	-
Transportes	(53)	-	(81)	-
Outros	(2)	-	(5)	-
	(3.174)	-	(6.509)	-

19b. Pessoal, encargos e benefícios	Períodos de três meses		Períodos de seis meses	
	findos em		findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração de empregados	(1.185)	-	(2.247)	-
Encargos trabalhistas	(135)	-	(237)	-
Benefícios a empregados	(107)	-	(173)	-
	(1.427)	-	(2.657)	-

No primeiro semestre de 2019, não havia outros custos de energia elétrica reconhecido, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional.

20 Despesas gerais e administrativas

	Nota	Períodos de três meses		Períodos de seis meses	
		findos em		findos em	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Serviços de terceiros	20a	(1.704)	(4.332)	(3.274)	(7.908)
Pessoal, encargos e benefícios	20b	(1.487)	(2.040)	(3.193)	(4.218)
Depreciações e amortizações		(83)	(658)	(168)	(1.307)
Litígios trabalhistas	14	(159)	7	(203)	(783)
Passagens e hospedagens		(9)	(265)	(70)	(405)
Materiais		(30)	(200)	(82)	(273)
Arrendamentos e aluguéis		(149)	(128)	(515)	(244)
Outros		(247)	(950)	(408)	(1.329)
		(3.868)	(8.566)	(7.913)	(16.467)

45

20a. Serviços de terceiros	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(1.152)	(1.279)	(2.054)	(2.177)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(80)	(152)	(380)	(411)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(65)	(189)	(182)	(281)
Monitoramento e vigilância	(105)	(449)	(140)	(478)
Transportes	(1)	(2)	(2)	(11)
Outros	(301)	(67)	(516)	(161)
Assessoria e consultoria de O&M	-	(2.194)	-	(4.389)
	(1.704)	(4.332)	(3.274)	(7.908)

20b. Pessoal, encargos e benefícios	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração de empregados	(762)	(1.199)	(1.640)	(2.561)
Encargos trabalhistas	(308)	(526)	(698)	(1.025)
Benefícios a empregados	(417)	(315)	(855)	(632)
	(1.487)	(2.040)	(3.193)	(4.218)

21 Resultado financeiro

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras (i)	1.588	1.343	3.702	2.468
Descontos obtidos	2	11	9	20
Juros, multas e atualizações	157	45	157	51
Subtotal	1.747	1.399	3.868	2.539
Despesas financeiras				
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(29.083)	-	(58.286)	-
IOF	(40)	(12)	(63)	(23)
Juros, multas e atualizações	(228)	(944)	(451)	(1.210)
Outras despesas financeiras	(33)	(40)	(69)	(75)
Subtotal	(29.384)	(996)	(58.869)	(1.308)
	(27.637)	403	(55.001)	1.231

- (i) Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES mantidos em aplicação financeira, foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 referentes ao período de 2019.

22 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2020 e 2019 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	01/01/2020 a 30/06/2020			01/01/2019 a 31/12/2019		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
EDF Projetos	Serviços (i)	-	1.525	(3.168)	-	1.683	(9.337)
	Total	-	1.525	(3.168)	-	1.683	(9.337)
UTNF	Materiais (ii)	-	-	(206)	490	63	(648)
	Total	-	-	(206)	490	63	(648)
CHESF	Venda de energia elétrica (iii)	376	-	2.280	388	-	4.471
	EUST (iv)	-	546	(2.517)	-	550	(3.164)
	Total	376	546	(237)	388	550	1.307
ELETRONORTE	Venda de energia elétrica (iii)	376	-	2.280	388	-	4.471
	EUST (iv)	-	359	(1.682)	-	361	(2.077)
	Acordo bilateral (v)	-	-	-	-	-	(870)
	Total	376	359	598	388	361	1.524
Total geral	752	2.430	(3.013)	1.266	2.657	(7.154)	

- (i) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas. Nota Explicativa nº 10(iii).
 (ii) Materiais de operação e manutenção da UHE.
 (iii) Energia elétrica vendida no ACL. Nota Explicativa nº 4(ii).
 (iv) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão. Nota Explicativa nº 10(iii).
 (v) Prêmio por descontração de energia elétrica vendida no ACL.

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal é aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração da diretoria (i)	(245)	(308)	(492)	(813)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração e diretores (ii)	(154)	(169)	(310)	(375)
Benefícios do Conselho de Administração e diretores (iii)	(83)	(85)	(175)	(178)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(59)	(55)	(118)	(111)
	<u>(541)</u>	<u>(617)</u>	<u>(1.095)</u>	<u>(1.477)</u>

- (i) Composta por ordenados e salários.
 (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
 (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
 (iv) Composta por ordenados e salários.

23 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

	Nota	Nível	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo				
Caixa e títulos e valores mobiliários	3	2	190.736	85.459
Contas a receber	4	-	31.528	33.802
Fundos vinculados	6	2	58.714	151.330
			<u>280.978</u>	<u>270.591</u>
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo				
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes	10 e 13		76.747	81.061
Empréstimos e financiamentos	11		1.115.029	1.108.329
Debêntures	12		253.808	249.387
			<u>1.445.584</u>	<u>1.438.777</u>

Em 30 de junho de 2020, os encargos setoriais mencionados neste demonstrativo representam R\$ 3.359 (R\$ 2.069 em 31 de dezembro de 2019).

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além

de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Financiamentos, empréstimos e debêntures	11 e 12	1.368.837	1.357.716
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3	<u>(190.736)</u>	<u>(85.459)</u>
Dívida líquida		1.178.101	1.272.257
Patrimônio líquido		<u>1.471.040</u>	<u>1.474.073</u>
Total do capital		<u>2.649.141</u>	<u>2.746.330</u>
Índice de alavancagem financeira		<u>44,5%</u>	<u>46,3%</u>

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:

- (i) as aplicações de rendas fixa e baixo risco, no Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI (Nota Explicativa nº 3); e
- (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 6)

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 3).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 3).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu

49

fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 75% de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA. No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- o Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- o 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- o As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nºs 11 e 12, respectivamente.

Em setembro de 2019, a Companhia entrou em fase operacional, e, dentro do plano de negócios projetado para todo o período futuro de concessão do Empreendimento, a Administração prevê rentabilidade futura e honrar todos os compromissos assumidos.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

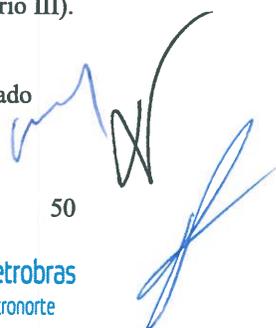
O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 30 de junho de 2020, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado

50



para 2020. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
	58.382	<i>Carteira de fundos</i>		<i>Carteira de fundos</i>	
Despesa financeira projetada	58.382	61.600	62.244	56.451	57.095
Taxa de juros	2.575	3.218	3.862	1.931	1.287
Variação - R\$	4,41%	5,51%	6,62%	3,31%	2,21%
		644	1.287	-	644
				-	1.287
Aplicações CDI (ii)					
	190.543	<i>Aumento do CDI</i>		<i>Redução do CDI</i>	
Despesa financeira projetada	190.543	195.664	196.688	187.470	188.495
Taxa de juros	4.097	5.121	6.145	3.073	2.048
Variação - R\$	2,15%	2,69%	3,23%	1,61%	1,08%
		1.024	2.048	-	1.024
				-	2.048
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
	1.134.766	<i>Aumento da TJLP</i>		<i>Redução da TJLP</i>	
	1.134.766	1.210.795	1.226.001	1.089.148	1.104.354
Despesa financeira projetada	60.823	76.029	91.235	45.618	30.412
Taxa de juros	5,36%	6,70%	8,04%	4,02%	2,68%
Variação - R\$		15.206	30.412	(15.206)	(30.412)
Debêntures (b)					
	264.316	<i>Aumento do IPCA</i>		<i>Redução do IPCA</i>	
	264.316	271.915	273.435	259.756	261.276
Despesa financeira projetada	6.079	7.599	9.119	4.559	3.040
Taxa de juros	2,30%	2,88%	3,45%	1,73%	1,15%
Variação - R\$		1.520	3.040	(1.520)	(3.040)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				58.382	
Conta centralizadora				332	
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa n° 7				58.714	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				190.543	
Aplicação automática em fundos BB				7	
Total das aplicações no Banco do Brasil - Nota Explicativa n° 3				190.550	
Composição dos saldos					
Nota Explicativa		BNDES (a)		Debêntures (b)	
Saldo final		12		13	
Custo incremental		1.115.029		253.808	
		19.737		10.508	
		1.134.766		264.316	

Premissas (média entre 2020 e 2021)

Carteira de fundos - Ativos	a.a.	4,41%
CDI - Ativos	a.a.	2,15%
TJLP - Passivos	a.a.	5,36%
IPCA - Passivos	a.a.	2,30%

24 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigência	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Companhia figurada como tomadora e beneficiária do seguro					
AXA Seguros S.A.	Aguardando a emissão da apólice	Directors and Officers Liability Insurance (D&O)	31/03/20 até 31/03/21	14.248	Declaração de seguros datada em 19/05/2020, aguardando confirmação de valor
AIG Seguros Brasil S.A.	87372019010351002652	Responsabilidade civil geral	14/11/19 até 14/11/20	100.000	-
AXA Seguros S.A.	XBS0007043PR19A	Riscos operacionais	12/09/19 até 31/12/20	1.510.886	-
Chubb Seguros Brasil S.A.	1771072633312	Terrorismo	13/09/19 até 31/12/20	720.357	-
Liberty Seguros	7697000328	Venda de energia elétrica	16/02/20 até 15/02/21	776	Seguro garantia efetuado pela CHESF
Companhia figurada como beneficiária do seguro					
Austral Seguradora S.A.	1006700000512	Risco de engenharia - Execução de obras civis em construção da UHE Sinop Seguro Garantia - Executante	19/08/14 até 28/02/20	1.240.810	Vigência da manutenção ampla: 28/02/019 até 28/02/2021
Junto Seguros S.A.	02 0776 0215077	Fornecedor de Turbinas e Geradoras	30/01/19 até 30/01/21	21.214	Manutenção corretiva
Depósito caução					
Banco	Agência / Conta	Objeto	Data da abertura	Valor	Observação
Caixa	2403 / 473-5	Venda de energia elétrica	01/02/19	776	Seguro garantia efetuado pela Eletronorte

25 Compromissos

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 102.898 de compromissos assumidos.

Compromissos

Operação e manutenção da usina	47.959
Plano Básico Ambiental	20.338
Obras da barragem	15.444
Assessorias, consultorias e auditorias	9.012
Obras do reservatório	5.740
Outros	4.405
Total	102.898

30/06/2020

47.959
 20.338
 15.444
 9.012
 5.740
 4.405
 102.898

52

26 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findo em 30 de junho de 2020 e 2019 a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	30/06/2020	30/06/2019
Aquisição de bens do ativo imobilizado	33.916	130.891
(-) Aquisições que não tiveram efeito caixa	(6.948)	(19.569)
Total dos pagamentos para aquisição de bens	26.968	111.322

27 Aspectos relacionados ao COVID-19

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Os governos, nos cinco continentes, passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e estimulando financeiramente seus mercados internos, afim de superar os danos que uma potencial recessão possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medida de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para a seguintes, que foram adotadas pela Companhia:

- (i) Postergação de seis parcelas do financiamento BNDES. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.e; e
- (ii) Aporte efetuado pelo BNDES no valor de R\$ 1.637. Nota Explicativa nº 11.

Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes, tendo em conta medidas que possam incluir a redução ou postergação de valores a receber pela prestação de seus serviços. O setor de energia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia destinará aproximadamente R\$ 4,2 milhões em projetos associados a prevenção e combate do novo Coronavírus (COVID-19), oriundos de recursos do BNDES, Subcrédito “D”, aprovados em 13 de abril de 2020. A Companhia já realizou R\$ 1.023 no combate a esta pandemia.

d) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) desempenho da demanda de energia elétrica no mercado regulado; e
- (ii) nos níveis de inadimplência das Companhias reguladas.

Conforme análise da Administração, os possíveis impactos do COVID-19 para o 1º semestre de 2020 foram baseados nas melhores estimativas da Administração a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e, conforme análises da Administração, para o setor de geração de energia ainda não existem impactos relevantes. Esses eventos poderão afetar temporariamente o resultado do negócio em 2020, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível ao normal, de modo que não se espera que isso afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos.

e) Medidas adotada pela Companhia

A medida já tomada pela Companhia, para minimizar esse possível efeito, foi a adesão ao *stand still* do BNDES, que suspende temporariamente a exigibilidade e cobrança de pagamentos de até 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida no período de maio de 2020 a outubro de 2020, sem alteração dos termos finais dos prazos de amortização da dívida nem da taxa de juros, aprovada em 29 de abril de 2020 pelo Banco ABC, fiador do contrato de financiamento e pelo BNDES em 12 de maio de 2020.

* * *
Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente

Vera Lúcia Rett Carreira
Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9